



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ

**PROCESSO SELETIVO DE ESTAGIÁRIOS DE GRADUAÇÃO PARA A
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ
EDITAL Nº 070/2019 – UNIÃO DA VITÓRIA**

A DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ, no exercício de suas atribuições legais, torna pública a abertura de inscrições para o processo seletivo de **Estagiário de Graduação na área de Direito** para atuar na **Defensoria Pública em União da Vitória/PR**, a ser regido pelas cláusulas a seguir:

1. Dos requisitos

- 1.1. Ser estudante de Direito a partir do 5º período, matriculado e com frequência regular em instituição de ensino superior, na data da inscrição.
- 1.2. Estudantes do 4º período poderão se inscrever para participar do processo, desde que, ao serem convocados para a vaga, já cursem o 5º período.
- 1.3. Áreas de atuação: Direito de Família e Sucessões; Registros Públicos; Criminal e Execução Penal; Infância e Juventude Cível e Infracional.

2. Das vagas a serem preenchidas

- 2.1. Os candidatos serão selecionados e classificados para 02 (duas) vagas e cadastro de reserva para futura contratação perante a Defensoria Pública do Estado do Paraná.
- 2.2. A aprovação no processo seletivo não gera direito subjetivo à convocação.
- 2.3. A convocação dar-se-á em consonância com os discricionários critérios de conveniência e oportunidade da Defensoria Pública.
- 2.4. A ordem de classificação não gera direito de preferência à atuação em determinada área, cuja escolha incumbe única e exclusivamente à Defensoria Pública.
- 2.5. Ficam reservadas 10% (dez por cento) do total de vagas no estado para estudantes com deficiência compatível com as atividades a serem



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ

desenvolvidas no estágio.

2.6. Ficam reservadas 10% (dez por cento) do total de vagas no estado para estudantes afrodescendentes, assim considerados segundo declaração expressa de autoidentificação.

2.7. No caso de não haver candidato para as vagas reservadas dos parágrafos anteriores, a vaga poderá ser preenchida por qualquer candidato.

3. Validade do Processo seletivo

3.1. O processo seletivo terá validade de 12 (doze) meses.

3.2. Possibilita-se à Defensoria Pública prorrogar o processo seletivo por período igual ou inferior a 12 (doze) meses, desde que, no mínimo, por 3 (três) meses ou múltiplos de 3 (três).

4. Da carga horária

A carga horária é de 5 (cinco) horas diárias, devendo respeitar o intervalo mínimo de 1 (uma) hora entre as jornadas de estágio e de estudo, ou vice-versa.

5. Da bolsa de estágio

O estagiário(a) aprovado(a) receberá a bolsa-auxílio no valor de R\$ 750,00 mensais, além do auxílio-transporte de R\$ 176,18 mensais.

6. Das inscrições

6.1. As inscrições serão realizadas no período entre **10/04/2019 e 24/04/2019**, por intermédio do site do CIEE/PR (<http://www.cieepr.org.br/>).

6.4. Somente participarão do processo seletivo os candidatos inscritos.

6.5. O candidato que possuir dúvidas em relação à inscrição deverá entrar em contato com o CIEE/PR. Outras dúvidas, pelo e-mail estagio@defensoria.pr.gov.br.

7. Da primeira etapa: fase eliminatória e classificatória



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ

7.1. A primeira etapa será eliminatória e classificatória, composta por 20 (vinte) questões de múltipla escolha e 02 (duas) discursivas. Cada questão alternativa valerá 02 (dois) pontos se cada discursiva 30 (trinta), totalizando 100,0 (cem) pontos.

7.2. As questões alternativas serão: 03 (três) de Direito Constitucional; 01 (uma) de Direito Administrativo; 01 (uma) de Direito Tributário; 05 (cinco) de Direito Civil e Processual Civil; 06 (seis) de Direito Penal, Processo Penal e Execução Penal; 02 (duas) de Direito da Criança e do Adolescente; 01 (uma) de Direitos Humanos; e 01 (uma) de Princípios Institucionais.

7.3. Já as 02 (duas) questões discursivas poderão envolver todo o conteúdo do item 17, com 20 (vinte) linhas para a resposta.

7.4. Apenas serão corrigidas as discursivas dos candidatos que acertarem ao menos 25% (vinte e cinco por cento) da parte objetiva, ou seja, que atingirem o mínimo de 10 (dez) pontos.

7.5. Serão classificados à próxima etapa os que obtiverem nota mínima de 60 (sessenta) pontos na somatória final.

8. Da segunda etapa: entrevista classificatória

A entrevista será classificatória, podendo ser atribuída uma nota de 0 (zero) a 10,0 (dez) pontos.

8. Da segunda etapa: entrevista classificatória

A entrevista será classificatória, podendo ser atribuída nota de 0 (zero) a 10,0 (dez) pontos.

9. Da nota final

A nota final será a soma aritmética (até 110,0 pontos) das notas da prova de primeira etapa e da entrevista.

10. Da data, local e duração da prova de primeira etapa

10.1. A primeira etapa - eliminatória e classificatória ocorrerá em **05/05/2019**,



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ

em local a ser divulgado pelo CIEE/PR.

10.2. A duração desta primeira etapa será de 03 horas, **com início às 9h e término às 12h.**

10.3. A abertura dos portões será às 8h, com fechamento às 8:45h.

10.4. Não serão permitidas consultas à legislação ou quaisquer outros materiais.

11. Do resultado da primeira etapa

11.1. O resultado da primeira etapa será publicado até **16/05/2019.**

11.2. Caberá pedido de reconsideração da nota atribuída até **20/05/2019**, em formulário disponibilizado na sede da Defensoria Pública de União da Vitória.

11.3. Os protocolos recursais serão recebidos até às 17h.

11.4. Em caso de empate, será considerado mais bem classificado o candidato que estiver mais distante da conclusão da graduação e, persistindo o empate, o mais idoso.

12. Da data, local e duração da prova de segunda etapa

12.1. A entrevista será agendada em contato individual com os candidatos habilitados, ainda no mês de **maio/2019**; realizar-se-á na sede da Defensoria Pública de União da Vitória/PR, no Fórum da Comarca.

13. Do resultado da segunda etapa

13.1. O resultado será publicado em até 05 (cinco) dias corridos do encerramento das entrevistas.

13.2. Em caso de empate, será considerado mais bem classificado o candidato que estiver mais distante da conclusão da graduação e, persistindo o empate, o mais idoso.

14. Do resultado final

14.1. O resultado final será divulgado nos sites da Defensoria Pública do Estado do Paraná, na sede institucional de União da Vitória e no site do



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ

CIEE/PR.

14.2. Os casos omissos serão resolvidos pela comissão do processo seletivo.

15. Da entrega de documentação

15.1. O candidato será contatado pelo Departamento de Recursos Humanos da Defensoria Pública do Paraná, devendo apresentar os documentos comprobatórios dos requisitos editalícios no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos da convocação.

15.2. Superado *in albis* o prazo supra, o candidato perderá sua posição no certame; todavia, poderá optar pelo final de lista, em cadastro de reserva.

16. Disposição Final

É responsabilidade do candidato consultar os sites institucionais da Defensoria Pública do Estado e do CIEE/PR para acompanhar o andamento do certame.

17. Conteúdo Programático

Direito Constitucional: 1. Princípios Fundamentais da República Federativa do Brasil. Objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil. Princípios que regem as relações internacionais da República Federativa do Brasil. A democracia e seus tipos. Estado Democrático de Direito. Estado Social de Direito. 2. Direitos e garantias fundamentais. Conceito, evolução, características, titularidade, destinatários, limites e restrições. Direitos implícitos e explícitos. Classificação dos direitos fundamentais. Catálogo dos direitos fundamentais. Direitos fundamentais em espécie. Direitos e deveres individuais, coletivos e difusos. Direitos fundamentais advenientes de tratados. Princípios e regras. A colisão entre princípios. 3. Direitos sociais. Fundamentos constitucionais. Espécies. 4. Nacionalidade. Conceito. Espécies. Aquisição, perda e re aquisição da nacionalidade. A quase nacionalidade. Distinções entre brasileiro nato e naturalizado. 5. Direitos políticos e Partidos políticos. 6. Remédios constitucionais. Habeas corpus. Habeas data. Mandado de segurança individual e coletivo. Mandado de injunção. Ação popular. Ação Civil Pública. 7. Poder Judiciário. Princípios. Garantias. Estrutura. Competências. 8. Controle de Constitucionalidade. A supremacia constitucional. Jurisdição constitucional. Natureza



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ

do ato inconstitucional. Formas de controle de constitucionalidade. Efeitos da decisão de inconstitucionalidade. Espécies de inconstitucionalidade. Controle difuso de constitucionalidade. Controle concentrado de constitucionalidade. Ação direta de inconstitucionalidade. Ação declaratória de constitucionalidade. Ação direta de inconstitucionalidade por omissão. Ação direta de inconstitucionalidade interventiva. Arguição de descumprimento de preceito fundamental. Efeito vinculante. Súmula vinculante. Reclamação constitucional. 9. As Funções Essenciais à Justiça.

Direito Administrativo: 1. Poderes administrativos. Poder vinculado. Poder discricionário. Poder hierárquico. Poder disciplinar. Poder regulamentar. Poder de polícia. Conceitos. Fundamentos. Características. Elementos. Formas de exercício. Limites. Delegação. Uso, abuso e desvio de poder. 2. Atos Administrativos. Conceito e requisitos. Atributos. Elementos. Vinculação e discricionariedade. Classificação. Vigência e eficácia. Efeitos. Extinção. Revogação. Invalidação. Convalidação. Atos da administração pública. Teoria dos motivos determinantes. A administração pública e concursos públicos. 3. Processo Administrativo. Conceito. Princípios constitucionais. Princípios específicos. Objeto. Espécies. Fases. Verdade sabida. Coisa Julgada Administrativa. 4. Licitações. Regras gerais de licitações. Lei de licitações. Conceito. Princípios. Natureza Jurídica. Finalidade. Obrigatoriedade. Modalidades, limites, dispensa e inexigibilidade. Procedimento e julgamento. Tipos de licitação. Revogação e anulação. Lei Federal n. 10.520/02. Compras e alienações na administração pública. 5. Responsabilidade civil do Estado. Conceito. Fundamentos. Evolução histórica no Estado Brasileiro. Exclusão da responsabilidade. Teoria da Reserva do Possível. Responsabilidade civil por atos legislativos e judiciários. Responsabilidade civil de atos de notários e registradores públicos. Reparação do dano e direito de regresso. Responsabilidade civil das pessoas privadas prestadoras de serviço público. Responsabilidade do Estado em decorrência de obras públicas. Prescrição. 6. Controle da administração. Conceito. Fundamento. Controle interno. Controle Administrativo. Silêncio. Prescrição. Coisa Julgada Administrativa. Acesso à Informação. Controle externo. Controle Legislativo e Controle Jurisdicional. Espécies. Conceitos. Instrumentos de controle. Extensão do controle. Controle Popular. Administração pública em juízo. As Pessoas de Direito Público e a Fazenda Pública no Novo Código de Processo Civil (Lei 13.105/2015).



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ

Direito Tributário: 1. Sistema tributário Nacional. Princípios gerais. Das limitações do poder de tributar. Legislação sobre o sistema tributário brasileiro. 2. Competência tributária. Conceito, espécies e características. Limitações da competência tributária. Competência tributária e capacidade tributária ativa. Conflito de competência. Imunidades, isenção e não-incidência. 3. Tributos. Conceito, definição e características. Determinação da natureza jurídica específica do tributo. Denominação e destino legal do produto da arrecadação. Tributos diretos e indiretos. 4. Espécies tributárias. Impostos. Taxas. Contribuições de melhoria. Contribuições sociais. A CIDE e seu regime. Contribuição de iluminação Pública. Preço público, tarifa e pedágio. Empréstimo compulsório.

Direito Civil: 1. Fatos jurídicos: suporte fático abstrato e concreto, planos dos fatos jurídicos, classificação dos fatos jurídicos (fatos jurídicos lato sensu: fato jurídico stricto sensu e ato-fato jurídico; atos jurídicos lato sensu: ato jurídico stricto sensu e negócio jurídico). 2. Negócios jurídicos: elementos, classificação, requisitos de existência e validade e interpretação. Condição, termo e encargo. 3. Defeitos do negócio jurídico. Teoria das invalidades: diferenças conceituais, causas de nulidade e anulabilidade e disposições especiais. Atos ilícitos. Abuso do direito. Enriquecimento ilícito. Causas de exclusão da ilicitude. Prescrição, Decadência, Caducidade e institutos afins. Provas. 4. Direito das Obrigações. Conceito de relação obrigacional. Definição. Fontes. Classificação. Obrigação como processo. Estrutura da relação obrigacional. Princípios gerais da relação obrigacional. Deveres. Fontes das obrigações. Efeitos das obrigações. 5. Modalidades das obrigações. Obrigação e solidariedade. Responsabilidade pré contratual. Pós-eficácia das obrigações. Transmissão das obrigações. 6. Adimplemento e extinção das obrigações. Pagamento: natureza jurídica, condições, objeto, prova, modalidades, extinção da obrigação sem pagamento. Pagamento em consignação. Pagamento com sub-rogação. Imputação do pagamento. Dação em pagamento. Novação. Compensação. Confusão. Remissão das dívidas. Impossibilidade de cumprimento sem culpa do devedor. Inadimplemento das obrigações: disposições gerais, espécies, efeitos, mora, violação positiva do contrato, perdas e danos, juros, correção monetária, cláusula penal, arras ou sinal. Morte. Incapacidade superveniente. Prisão civil. 7. Registros públicos: Lei nº 6.015/73. Parcelamento do Solo Urbano: Decreto-lei nº 58/37 e Lei nº 6.766/77. Lei nº 10.257/01. Lei 11.977/09. Lei nº 13.465/17. 8. Direito de Família. Entidades familiares:



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ

origem, conceitos e a família na sociedade brasileira em perspectiva histórica. Relações familiares plurais: fundamentos da diversidade. Princípios. Normas constitucionais aplicáveis às relações familiares. 9. Casamento: conceito, natureza, características, disposições gerais, capacidade, impedimentos, causas suspensivas, processo de habilitação, celebração, provas, invalidade, causas de anulação e nulidade, eficácia, efeitos do casamento, direitos e obrigações dos cônjuges. Dissolução da sociedade e do vínculo conjugal. Separação e divórcio. Lei nº 6.515/77. 10. Proteção da pessoa dos filhos. Alienação parental: Lei nº 12.318/10. Relações de parentesco. Filiação: biológica, socioafetiva, demais espécies e princípio da afetividade. Reconhecimento dos filhos. Estado de filiação e origem genética. Investigação de paternidade. Adoção. Poder familiar. Aplicação sistemática com o Estatuto da Criança e do Adolescente. Princípio da paternidade responsável. 11. Direito Patrimonial. Regimes de bens entre os cônjuges. Usufruto e administração dos bens de filhos menores. 12. Alimentos. Características do direito e da obrigação alimentar. Alimentos gravídicos. Bem de família: conceito, formalidades necessárias e impenhorabilidade. 13. Direitos sexuais e reprodutivos. Reprodução medicamente assistida. Planejamento familiar. União de pessoas do mesmo sexo ou direito homoafetivo. Resolução 175 do CNJ. 14. União estável: aspectos constitucionais e normas infraconstitucionais, características, estado, impedimentos, direitos e deveres, meação, sucessão, teoria da desconsideração na partilha e Concubinato. Lei nº 9.278/96. 15. Tutela e curatela e tomada de decisão apoiada. Lei nº 13.146/15. 16. Direito das Sucessões. Conceito e conteúdo. Sucessão a título universal e sucessão a título singular. Formas de suceder e abertura da sucessão. Administração da herança. Vocação hereditária. Transmissão da herança. Aceitação e renúncia. Cessão da herança. Exclusão da sucessão. Indignidade. Herança jacente. Conceito e natureza jurídica. Vacância. Arrecadação dos bens vagos. Petição de herança. 17 Sucessão legítima. Ordem da vocação hereditária. Herdeiros necessários. Direito de representação. 18. Sucessão testamentária. Liberdade de testar. Limitações. Capacidade testamentária. Testamento e codicilo. Formas ordinárias e especiais de testamento. Legados. Direito de acrescer entre herdeiros e legatários. Capacidade para adquirir por testamento. Herança necessária. Redução das disposições testamentárias. Deserdação. Substituições. Execução do testamento. Revogação do testamento. Rompimento do testamento. Testamenteiro. 19. Inventário e partilha.



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ

Inventário judicial e extrajudicial. Inventariante. Colaço. Pagamento das dívidas. Partilha. Arrolamento. Quinhões hereditários. Sonogados.

Direito Processual Civil: 1. Jurisdição: conceito, características, princípios, limites e espécies. Meios alternativos de solução de conflitos: autotutela, autocomposição (conciliação e mediação), arbitragem e tribunais administrativos. 2. Competência. Critérios de determinação e de modificação. Competência originária dos Tribunais Superiores. Competência absoluta e competência relativa. Conflitos de competência e de atribuição. Conexão e continência. 3. Ação: teorias, classificação, elementos, condições e cumulação. Direito subjetivo. Pretensão. Ação de direito material e de direito processual. Direito de ação na perspectiva constitucional. Direito à adequada tutela jurisdicional. 4. Sujeitos do processo: partes, capacidade, deveres e responsabilidade por dano processual, substituição, sucessão. Litisconsórcio. Assistência. Intervenção de terceiros típica e atípica. O Juiz e os auxiliares da justiça. Ministério Público. Advocacia Pública. Defensoria Pública. 5. Defensoria Pública. Prerrogativas processuais. Exercício da Curadoria Especial. 6. Assistência Judiciária: aspectos processuais. 7. Processo: pressupostos processuais e atos processuais. Forma, tempo e lugar dos atos processuais. Atos processuais eletrônicos. Prazos. Comunicação dos atos processuais. Citação. Cartas. Intimação. Teoria das invalidades processuais. Nulidades. Preclusão. Distribuição e registro. Valor da causa. 8. Tutela Provisória. Tutela de urgência e tutela evidência. Tutela antecedente e tutela incidente. Estabilização da tutela provisória. 9. Formação, suspensão e extinção do processo. 10. Procedimento comum. Petição inicial. Indeferimento da petição inicial. Improcedência liminar do pedido. Conversão da ação individual em ação coletiva. Audiência de conciliação. Audiência de mediação. Respostas do réu. Revelia. Providências preliminares e saneamento. Julgamento conforme o estado do processo. Audiência de instrução e de julgamento. 11. Provas. Objeto, fonte e meios. Admissibilidade. Provas típicas e atípicas. Provas ilícitas. Ônus da prova. Provas em espécie e sua produção. Fatos que independem de prova. Exame da prova e sua valoração. 12. Sentença: conteúdo, vícios, efeitos e modalidades. Liquidação de sentença. Coisa Julgada: conceito, requisitos, vícios, efeitos e classificações. Limites subjetivos, objetivos e temporais da coisa julgada. Relativização da coisa julgada. Remessa necessária. 13. Tutelas declaratórias, condenatórias, mandamentais, cominatórias e específicas. 14. Cumprimento de sentença. Classificação.



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ

Pressupostos. Cumprimento da sentença que reconheça a obrigação de pagar quantia certa, de prestar alimentos, de fazer, de não fazer e de entregar coisa. Defesas do devedor e de terceiros nos pedidos de cumprimento de sentença. 15. Execução. Teoria geral. Princípios que norteiam o processo de execução. Execução em geral. Pressupostos do processo de execução. Características dos títulos executivos. Títulos executivos judiciais e extrajudiciais. Execução definitiva e execução provisória. Legitimidade ativa e passiva no processo de execução. Competência. Responsabilidade patrimonial. Das diversas espécies de execução. Da suspensão e da extinção da execução. Defesas do devedor e de terceiros na execução. Exceção de pré-executividade. Embargos do devedor. Defesa heterotópica. 16. Processos nos tribunais. Ordem dos processos nos tribunais e processos de competência originária dos tribunais. Incidente de assunção de competência. Incidente de arguição de inconstitucionalidade. Conflito de competência. Homologação de decisão estrangeira e concessão do exequatur à carta rogatória. Ação rescisória. Incidente de resolução de demandas repetitivas. Reclamação. 17. Recursos e meios de impugnação das decisões judiciais. Teoria geral dos recursos. Admissibilidade e efeitos. Princípios. Apelação. Agravo de instrumento. Embargos de declaração. Embargos de divergência. Agravo interno. Duplo grau obrigatório. Mandado de segurança contra ato judicial. Ação declaratória de inexistência de ato processual e querela nullitatis. Recursos nos Tribunais Superiores. Recurso ordinário. Recurso especial. Recurso extraordinário. Repercussão geral. Do julgamento dos recursos especial e extraordinários repetitivos. Súmula. Súmula vinculante. Precedentes: Teoria Geral, distinguishing e overruling. Pedidos de suspensão de liminares e sentenças. 18. Procedimentos especiais e procedimentos de jurisdição voluntária: conceito, espécies, características e peculiaridades. 19. Separação. Divórcio direto. Divórcio mediante conversão. Declaratória de união estável (em vida e póstuma). Separação extrajudicial. Divórcio extrajudicial. 20. Ações de alimentos. Lei de alimentos. Lei de alimentos e o Código de Processo Civil. 21. Ações declaratória e negatória de vínculo parental (em vida e póstuma). 22. Inventário judicial e extrajudicial. Arrolamentos. Alvará. 23. Microsistema da Tutela dos Direitos Coletivos. Teoria geral do Processo Civil coletivo. Princípios gerais do Processo Civil coletivo. Sistema de proteção coletiva. Entes e instituições legitimadas. Sistemas de legitimação. Tutela de direitos coletivos e tutela coletiva de direitos. Mecanismos processuais e respectivos procedimentos para tutela dos interesses transindividuais. Direitos e interesses difusos, coletivos e individuais



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ

homogêneos. Ação civil pública. 24. Código de Defesa do Consumidor. 36. Processo eletrônico. Normas e especificidades. Comunicação e prazos dos atos processuais eletrônicos.

Direito Penal: 1. Teoria geral do crime. Conceito e Classificação dos crimes. 2. Conduta. Ação e omissão. Dolo e culpa. Relação de causalidade e imputação. Resultado. Consumação e tentativa. Crime impossível. Desistência voluntária. Arrependimento eficaz. Arrependimento posterior. 3. Tipicidade. Excludentes da tipicidade. 4. Ilícitude. Excludentes da ilícitude. 5. Culpabilidade. Excludentes da culpabilidade. 6. Teoria do erro. Erro de tipo. Erro de proibição. Discriminantes putativas. Erro na execução. Resultado diverso do pretendido. 7. Imputabilidade penal. 8. Concurso de pessoas. Coautoria e participação. Circunstâncias incommunicáveis. Casos de impunibilidade. 9. Concurso de crimes. 10. Extinção da punibilidade. 11. Teorias da pena. Espécies de pena. Penas privativas de liberdade. Direitos do preso. Trabalho do preso. Superveniência de doença mental ao condenado. Detração. Limite das penas. Penas restritivas de direitos. Pena de multa. 12. Cominação e aplicação das penas. Dosimetria: definição da pena-base, circunstâncias agravantes e atenuantes, causas de aumento e diminuição da pena. Fixação do regime inicial para execução da pena privativa de liberdade. Substituição da pena privativa de liberdade por penas restritivas de direitos. Fixação de valor mínimo para reparação dos danos causados pela infração. 13. Suspensão condicional da pena. 14. Livramento condicional. 15. Medida de Segurança. 16. Efeitos da condenação. 17. Reabilitação. 18. Ação penal. 19. Crimes contra a pessoa. Crimes contra o patrimônio. Crimes contra a propriedade imaterial. Crimes contra o sentimento religioso e contra o respeito aos mortos. Crimes contra a dignidade sexual. Crimes contra a família. Crimes contra a incolumidade pública. Crimes contra a paz pública. Crimes contra a fé pública. Crimes contra a administração pública. Legislação penal extravagante. Súmulas e jurisprudência dos tribunais superiores (STJ e STF) em matéria penal.

Direito Processual Penal: 1. Princípios processuais penais. 2. Sistemas processuais penais. 3. Fontes do direito processual penal. 4. Interpretação e integração da lei processual penal. 5. Aplicação da lei processual penal no tempo e no espaço. 6. A investigação preliminar: o inquérito policial e a investigação pelo Ministério Público. 7. Ação penal. 8. Processo e procedimento. Os pressupostos processuais.



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ

Procedimentos ordinário, sumário e sumaríssimo (Juizados Especiais Criminais). 9. Juiz, Ministério Público, acusado e Defensor no processo penal. Disposições processuais penais relativas à vítima. Assistentes e auxiliares da justiça no processo penal. 10. Jurisdição e competência. 11. Citação e intimação no processo penal. 12. A defesa no processo penal. 13. Questões e processos incidentes. 14. Teoria geral da prova no processo penal. As provas em espécie. 15. As limitações à liberdade no curso do processo penal: prisões e medidas cautelares. 16. Os vícios processuais penais. 17. Sentença e coisa julgada. Emendatio libelli e mutatio libelli. 18. Procedimento do Júri. 19. Procedimentos especiais previstos no Código de Processo Penal e em leis penais extravagantes. 20. Recursos e ações autônomas de impugnação das decisões penais. 21. Súmulas e jurisprudência dos tribunais superiores (STJ e STF) em matéria processual penal.

Direito das Execuções Penais: 1. Princípios, garantias e regras constitucionais aplicáveis à Execução Penal. 2. A Defensoria Pública como órgão de Execução Penal. Tutela individual e coletiva de presos. 3. Direitos Humanos e superlotação carcerária. A atuação da Defensoria Pública. 4. Justiça Restaurativa e Execução Penal. 5. Benefícios e incidentes na Execução Penal. Execução definitiva e execução provisória da pena. Progressão de regime. Livramento condicional. Remição de pena. Soma e unificação de penas. Detração de pena. Prisão domiciliar. Permissão de saída. Saída temporária. Excesso e desvio de execução. Conversão de penas. Regime Disciplinar Diferenciado. Monitoramento Eletrônico. Substituição da pena privativa de liberdade por medida de segurança. Falta de natureza disciplinar: apuração e aplicação de sanções. Regressão de regime. Perda da remição. Alteração da data-base. Interdição de estabelecimento penal. Transferência e remoção de pessoas privadas da liberdade. Indulto, graça e anistia. Revista íntima ou revista vexatória. Visita íntima. 6. Lei de Execução Penal (Lei nº 7.210/84 e alterações posteriores). 7. Código Penal (Decreto-Lei nº 2.848/40, e alterações posteriores). Das Penas. Das Espécies de Pena. Da Cominação das Penas. Da Aplicação da Pena. Da Suspensão Condicional da Pena. Do Livramento Condicional. Dos Efeitos da Condenação. Da Reabilitação. Das Medidas de Segurança. Da Extinção da Punibilidade. 8. Recursos e ações autônomas de impugnação na Execução Penal. 9. Temas relacionados à Execução Penal previstos na Constituição Federal, na Lei dos Crimes Hediondos (Lei nº 8.072/90 e



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ

alterações posteriores); na Lei de Drogas (Lei nº 6.368/76 e Lei nº 11.343/06 e alterações posteriores); na Lei das Organizações Criminosas (Lei nº 12.850/2013).

Direito da Criança e do Adolescente: 1. Os direitos da criança e do adolescente na Constituição Federal. 2. O Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/90): abrangência, concepção e estrutura. 3. Direitos Fundamentais: vida e saúde; liberdade, respeito e dignidade; convivência familiar e comunitária; educação, cultura, esporte e lazer; profissionalização e proteção no trabalho. 4. Prevenção Geral e Especial. 5. A política de atendimento. Disposições gerais. As entidades e programas de atendimento. Fiscalização das entidades. 6. Medidas de proteção. Disposições gerais e medidas específicas. Medidas pertinentes aos pais ou responsável. 7. Prática de ato infracional. Disposições gerais. Direitos Individuais. Garantias Processuais. Medidas socioeducativas. Remissão. 8. Conselho Tutelar. Disposições gerais. Estrutura. Atribuições. Competência. Processo de escolha. Impedimentos. 9. Do acesso à justiça. Disposições gerais. Justiça da Infância e Juventude. Procedimentos. Recursos. Ministério Público e Advogado. Proteção judicial dos interesses individuais, difusos e coletivos. 10. Crimes e infrações administrativas previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente. Apuração de infração administrativa às normas de proteção à criança e ao adolescente. 11. Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS (Lei federal nº 8.742/93), Resoluções n.º 145/2004 e 109/2009 do Conselho Nacional de Assistência Social. 12. Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE. 13. Políticas Públicas para a Primeira Infância (Lei federal nº 13.257/2016). 14. Reflexos do CPC/2015 nos processos de competência dos juízos da infância e juventude 15. Parâmetros para a Institucionalização e Fortalecimento do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente (Resolução CONANDA nº 113/06). 16. Realização das Audiências Concentradas nas Varas da Infância e Juventude (Provimento nº 32/2013, da Corregedoria Nacional de Justiça do Conselho Nacional de Justiça).

Direitos Humanos: 1. Sistema Regional Interamericano de Proteção aos Direitos Humanos. Organização dos Estados Americanos (OEA): declarações, tratados, resoluções, relatórios, informes, pareceres, jurisprudência (contenciosa e consultiva da Corte Interamericana de Direitos Humanos), normas de organização e funcionamento dos órgãos de supervisão, fiscalização e controle. Comissão Interamericana de



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ

Direitos Humanos: relatórios de casos, medidas cautelares, relatórios anuais e relatoria para a liberdade de expressão. Corte Interamericana de Direitos Humanos. Declaração Americana dos Direitos e Deveres do Homem. Convenção Americana de Direitos Humanos. Protocolo adicional à Convenção Americana sobre Direitos Humanos em matéria de direitos econômicos, sociais e culturais – “Protocolo de San Salvador”. Convenção Interamericana para Prevenir e Punir a Tortura. Protocolo à Convenção Americana sobre Direitos Humanos relativo à Abolição da Pena de Morte. Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher. Convenção Interamericana sobre o Desaparecimento Forçado de Pessoas. Convenção Interamericana sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra Pessoas Portadoras de Deficiência. 2. Direitos Humanos e acesso à justiça: o dever dos Estados de promover o acesso à justiça, 100 Regras de Brasília e desenvolvimentos no âmbito da Organização dos Estados Americanos relacionados à Defensoria Pública. 3. Mecanismos de proteção aos Direitos Humanos na Constituição da República do Brasil. Federalização de crimes contra os Direitos Humanos. Remédios constitucionais. A proteção penal dos Direitos Humanos. 4. Direitos Humanos em espécie e grupos vulneráveis. Direitos Humanos das minorias e de vítimas de injustiças históricas. 5. Mulher. Lei Maria da Penha (Lei n. 11.340/06). Gênero; violência de gênero; violência contra as mulheres. Formas de violência doméstica e familiar contra a mulher. Medidas protetivas às vítimas de violência doméstica e familiar. Atendimento obrigatório e integral de pessoas em situação de violência sexual (Lei n. 12.845/13). Violência Obstétrica. Diretrizes Nacionais para o Abrigamento de Mulheres em Situação de Risco e de Violência. Rede de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres e Rede de Atendimento à Mulher em Situação de Violência. Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres. 6. Negro. Estatuto da Igualdade Racial (Lei n. 12.288/10). Crimes resultantes de raça ou de cor (Lei n. 7.716/89). Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial (Decreto n. 8.136/2013). Racismo Institucional. Ações Afirmativas. Comunidades Tradicionais; Comunidades Quilombolas; Intolerância Religiosa e Religiões de Matriz Africana. 7. Idoso. Estatuto do Idoso (Lei n. 10.741/03). Plano de Ação para o Enfrentamento da Violência Contra Pessoa Idosa. Carta de São José sobre os Direitos dos Idosos da América Latina e Caribe. Benefício de Amparo Social ao Idoso. 8. Pessoa com Deficiência. Estatuto da Pessoa com Deficiência. Benefício de Amparo Social à Pessoa com Deficiência; Passe livre às pessoas com deficiência



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ

no sistema de transporte coletivo interestadual (Lei n. 8.899/94). Acessibilidade (Lei n. 10.098, de 19 de dezembro de 2000). Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (Lei n. 12.764/12). 9. Pessoas em situação de rua e Direito à Saúde Mental. Política Nacional para a população em situação de rua (Decreto Federal n. 7.053/09). Lei Orgânica de Assistência Social (Lei n. 8.742/92). Internação Voluntária; Lei Antimanicomial; Internação Involuntária; Internação Compulsória (Lei n. 10.216/01). Registro Tardio de Nascimento (Lei n. 6.015/73 e Provimento n. 28 do Conselho Nacional de Justiça). 10. Povos Indígenas. Estatuto do Índio (Lei n. 6.001/73). Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre povos indígenas e tribais. 11. LGBTTTTI (lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, transgêneros e pessoas em situação de intersexo). Identidade de gênero; orientação sexual. Retificação de registro de nascimento quanto ao nome e sexo de transgênero. Nome Social e uso de banheiro nas escolas (Resolução n. 12 de 2015 - Conselho Nacional de Combate à Discriminação LGBT). 12. Sem-teto. Estatuto da Cidade (Lei n. 10.257/01). Regularização Fundiária Urbana. Provimento do CNJ n. 44, de 18 de março de 2015. Programa Minha Casa, Minha Vida (Lei n. 11.977/09). 13. Sem-terra. Prevenção e mediação de conflitos agrários. Plano Nacional de Combate à Violência no Campo. Diretrizes nacionais para execução de mandados judiciais de manutenção e reintegração de posse coletiva.

Princípios Institucionais: 1. Defensoria Pública na Constituição Federal. 2. Leis Orgânicas Nacional (Lei Complementar n.º 80/94) e Estadual da Defensoria Pública (Lei Complementar n.º 136/11). 3. Deliberação n.º 01/2014 do Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado do Paraná (arts. 13 ao 15).

União da Vitória, 09 de abril de 2019.

Anna Carolina Carneiro Leão Duarte
Defensora Pública do Estado do Paraná